

Saepar Serviços e Participações S.A.
CNPJ 03.979.930/0001-27



Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2017. A Companhia apresentou lucro de R\$233,3 milhões em 2017, frente a um lucro de R\$378,0 milhões em 2016. Rio de Janeiro, 26 de março de 2018. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Ativo			
Ativo circulante		71.496	77.340
Disponível	5	247	154
Caixa e bancos	–	247	154
Aplicações financeiras	6	18.718	11.726
Aplicações financeiras	–	18.718	11.726
Títulos e créditos a receber	7	52.531	65.460
Títulos e créditos a receber	–	4.203	3.181
Dividendos a receber	–	45.760	53.291
Créditos tributários e previdenciários	8.1	2.391	8.798
Outros créditos a receber	–	177	190
Ativo não circulante	–	1.265.599	2.459.066
Realizável a longo prazo	–	10.852	10.913
Títulos e créditos a receber	7	10.852	10.913
Créditos tributários e previdenciários	8.1	1.316	1.714
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	9.536	9.199
Investimentos	–	1.254.039	2.446.828
Participações societárias	9	1.238.822	2.431.593
Agio	9	14.509	14.509
Outros investimentos	–	92	92
Propriedade para investimento	–	616	634
Imobilizado	–	467	839
Intangível	–	241	486
Software	–	1.759	1.832
Amortização acumulada	–	(1.518)	(1.346)
Total do ativo		1.337.095	2.536.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Receita líquida	14.1	36.309	38.024
Resultado de equivalência patrimonial	9	219.186	360.758
Outras receitas e despesas	–	(10.912)	(19.810)
Despesas operacionais	–	(171)	(1.364)
Despesas administrativas	14.2	(7.186)	(12.474)
Despesas com tributos	–	(5.186)	(9.464)
Receitas financeiras	14.3.1	2.187	4.631
Despesas financeiras	14.3.2	(649)	(681)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	–	(8)	(338)
Outras	–	101	(120)
Resultado antes de impostos e contribuições	–	244.583	378.972
Imposto de renda	15	(8.218)	(705)
Contribuição social	15	(3.070)	(293)
Lucro líquido do exercício	–	233.295	377.974
Quantidade de ações		2.842	2.776
Lucro líquido por ação		82,09	136,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016								
(em milhares de reais)								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2016	1.504.006	(21.016)	128.023	1.612.681	1.740.704	–	(59.332)	3.164.362
Transações de capital	–	(4.572)	–	–	–	–	4.572	–
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 29/04/2016	197.698	–	–	(197.698)	(197.698)	–	–	–
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria conforme AGE do dia 31/08/2016	–	–	–	–	–	(1.009.261)	–	(1.009.261)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	48.303	48.303
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	377.974
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	–	–	18.899	–	18.899	–	–	(18.899)
Reserva estatutária	–	–	–	215.375	215.375	–	–	(215.375)
Dividendos intercalares imputados aos dividendos obrigatórios antecipados e pagos - R\$4.763,09 por ação ON conforme RCA aprovados em 11/04/2016	–	–	–	–	–	–	–	(19.000)
Em 11/05/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e rerratificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$10.700 à razão de R\$2.682,42 por ação, pago aos acionistas em 13/05/2016 por ação	–	–	–	–	–	–	–	(10.700)
Juros sobre o capital próprio, conforme ATA de RD do dia 31/03/2016, sendo R\$5.013,78 (em reais) por ação ON	–	–	–	–	–	–	–	(20.000)
Juros sobre o capital próprio, conforme ATA de RD do dia 19/12/2016, sendo R\$33.861,67 (em reais) por ação ON	–	–	–	–	–	–	–	(94.000)
Saldos em 31/12/2016	1.701.704	(25.588)	146.922	1.630.358	1.777.280	(1.009.261)	(6.457)	2.437.678
Saldos em 01/01/2017	1.701.704	(25.588)	146.922	1.630.358	1.777.280	(1.009.261)	(6.457)	2.437.678
Transações de capital	–	3.889	–	–	–	–	(5.318)	(1.429)
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 28/04/2017	146.921	–	(146.921)	–	(146.921)	–	–	–
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme ata do dia 18/04/2017	59.619	–	–	–	–	–	–	59.619
Redução de Capital conforme AGE de 23/08/2017	(1.181.857)	–	–	–	–	–	–	(1.181.857)
Cancelamento de ações em tesouraria	–	–	–	(1.009.261)	(1.009.261)	1.009.261	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	18.992	18.992
Reflexo de dividendos prescritos de investidas	–	–	–	–	–	–	–	106
Dividendos intermediários conforme ata do dia 08/05/2017, sendo R\$4.073,65 (em reais) por ação	–	–	–	(11.577)	(11.577)	–	–	(11.577)
Dividendos intermediários conforme ata do dia 21/08/2017, sendo R\$81.299,11 (em reais) por ação	–	–	–	(231.053)	(231.053)	–	–	(231.053)
Juros sobre o capital próprio a pagar conforme ata do dia 18/12/2017, sendo R\$15.833,92 (em reais) por ação	–	–	–	(45.000)	(45.000)	–	–	(45.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	233.295
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	–	–	11.670	–	11.670	–	–	(11.670)
Dividendos intermediários conforme ata do dia 08/05/2017, sendo R\$4.073,65 (em reais) por ação	–	–	–	11.577	11.577	–	–	(11.577)
Dividendos intermediários conforme ata do dia 21/08/2017, sendo R\$81.299,11 (em reais) por ação	–	–	–	43.856	43.856	–	–	(43.856)
Constituição de reserva estatutária	–	–	–	166.298	166.298	–	–	(166.298)
Saldos em 31/12/2017	726.387	(21.699)	11.671	555.198	566.869	–	7.217	1.278.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016		
(em milhares de reais)		
	2017	2016
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	244.583	378.972
Mais		
Depreciações e amortizações	625	780
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	502	655
Outros	10	465
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(219.186)	(360.758)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(505)	(680)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(154)	(220)
Outros	(8)	–
Atividades operacionais		
Variação de aplicações financeiras	(6.989)	86.311
Variação de títulos e créditos a receber e outros ativos	22.419	29.038
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	16.584	72.557
Variação de contas a pagar e outros débitos	(11.121)	(27.042)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.623)	(7.552)
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(8.075)	(14.813)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	32.062	157.713
Atividades de investimento		
Compra e venda de participações societárias:		
Compra	–	(371)
Aumento de capital em controladas	(111)	(142)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(111)	(513)
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(31.858)	(157.200)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(31.858)	(157.200)
Aumento no caixa	93	–
Caixa no início do exercício	154	154
Caixa no fim do exercício	247	154
Aumento no caixa	93	–
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Lucro líquido do exercício		233.295	377.974
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) atuariais, não realizados com plano de pensão de benefício definido	(449)		19
Efeitos fiscais	152		(8)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	3		(1)
Efeitos fiscais	(1)		1
Ganhos / (perdas) de variação de participação acionária	9	3.465	4.011
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	15.822	44.281
Transação de capital	(5.318)		4.572
Componentes do resultado abrangente		13.674	52.875
Resultado abrangente do exercício		246.969	430.849
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

1. Contexto operacional: A SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoti Lucas, nº 121, Cida-de Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especial-mente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Com-panhia é controlada pela Sul América S.A., denominada “SASA” A SASA, controladora da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Partici-pações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Compa-nhia de capital aberto e publicou em 28/02/2018 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elabo-radas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Finan-ceiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstra-ções financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demons-trações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2018. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações fi-nanceiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práti-cas contábeis:**As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 me-ses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização mo-netária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desva-lorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no re-sultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, consideran-do-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliá-rios que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebi-veis” são classificados como disponíveis para venda e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são re-conhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líqui-do, líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao res-ultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Em-préstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento in-icial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajusta-dos, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Investimen-tos - participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de ren-tabilidade futura é classificado em investimentos; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. **3.4. Redução ao valor recuperável:** **3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados. **3.4.2. Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisitos no míni-mo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável.

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determi-nado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrên-cia do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de ren-da e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhe-cimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 01 ano. Para efeito de apre-sentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais corren-tes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmen-te executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. **3.7. Provisões para ações judi-ciais:** A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas. **3.7.1. Fiscais:** As provi-sões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patroci-nadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos proces-sos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconheci-das nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no pas-sivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obriga-ções de natureza fiscal são provisionados independentemente da avalia-ção acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reco-nhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Tributos e contribuições”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Dire-toria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua pro-posta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos pro-postos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o regis-tro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e des-pesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas de-monstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações fi-nanceiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras, ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. **3.10. Normas emitidas e revisadas:** **3.10.1. Normas Internacio-nais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação des-sas normas não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas res-pectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores. • Modifi-cação aos IAS 7 / CPC 3 (R2) – Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financia-mento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não cai-xa; • Modificações aos IAS 12 / CPC 32 – Alteração no reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) – Modificação aos IFRS 12 / CPC 45 – Necessidade das divulgações requeridas pelos IFRS 12 / CPC 45 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5 / CPC 31.

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia. Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; e • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do IFRS 16 / CPC 6 (R2). Com relação à adoção do IFRS 9 / CPC 48, não houve impacto material pela adoção do cálculo da provisão para impairment de ativos financeiros com base na perda esperada. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2019; • Alterações ao CPC 36 Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; • ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:• **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR) de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos, é apurado o VaR (value at risk) e são realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress tests são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2017 e 2016.

								2017
	Sem venci- mento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Descrição								
Instrumentos financeiros								
Aplicações Financeiras	5.546	167	–	13.003	18.716	18.718	2	18.718
Valor justo por meio do resultado	5.546	–	–	–	5.546	5.546	–	5.546
Disponível para venda	–	167	–	13.003	13.170	13.172	2	13.172
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	45.760	–	–	–	45.760	45.760	–	45.760
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	38.250	–	–	–	38.250	38.250	–	38.250
								2016
	Sem venci- mento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Descrição								
Instrumentos financeiros								
Aplicações Financeiras	10.293	–	85	1.349	11.727	11.726	(1)	11.726
Valor justo por meio do resultado	10.293	–	–	–	10.293	10.293	–	10.293
Disponível para venda	–	–	85	1.349	1.434	1.433	(1)	1.433
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	53.291	–	–	–	53.291	53.291	–	53.291
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	79.900	–	–	–	79.900	79.900	–	79.900

4.2. Risco de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-lo nos termos em que foi acordado. A carteira da Companhia é composta por títulos públicos e cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha. **5. Disponível:** Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2017					2016	
Caixa e bancos						247	154
Total						247	154
6. Aplicações financeiras: 6.1. Composição das aplicações financeiras:							
							2017
	Valor justo por meio do resultado			Disponível para venda			
	Valor ava- liado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor ava- liado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Taxa média de juros		Total
Descrição							
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	13.170	13.172			13.172
Letras financeiras do tesouro	–	–	13.170	13.172	SELIC		13.172
Cotas de fundos de investimentos	5.546	5.546	–	–			5.546
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	5.546	5.546	–	–			5.546
Subtotal	5.546	5.546	13.170	13.172			18.718
Percentual total contábil	29,63%			70,37%			100,00%
Total	18.718						
Circulante	18.718						
	Valor justo por meio do resultado			Disponível para venda			
	Valor ava- liado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor ava- liado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Taxa média de juros		Total
Descrição							
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	1.434	1.433			1.433
Letras financeiras do tesouro	–	–	1.434	1.433	SELIC		1.433
Cotas de fundos de investimentos	10.293	10.293	–	–			10.293
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	10.293	10.293	–	–			10.293
Subtotal	10.293	10.293	1.434	1.433			11.726
Percentual total - contábil	87,78%			12,22%			100,00%
Total	11.726						
Circulante	11.726						

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa. **6.2. Movimentação das aplicações financeiras:**

								2017
	Valor justo por meio do resultado	Valor de mercado / contábil	Valor ava- liado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Taxa média de juros		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		385		98.038	
Aplicações			43.481		4.830		48.311	
Rendimento resgate			(2.842)		(124)		(2.966)	
Principal resgate			(130.845)		(3.808)		(134.653)	
Resultado financeiro			2.846		151		2.997	
Ajuste a valor de mercado			–		(1)		(1)	
Saldo em 31/12/2016			10.293		1.433		11.726	
			Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total	
Saldo em 01/01/2016			97.653		<			

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

→continuação

	2016			
	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Cival Reinsurance Company Ltd.	Total
Ativo	8.139.009	8.042.539	517	—
Passivo	3.794.103	3.882.203	—	—
Patrimônio líquido	4.344.906	4.160.336	517	—
Receita líquida	3.462.002	12.091.386	—	—
Lucro líquido do exercício	531.514	836.460	(95)	—
Percentual de participação (%)	50,9719%	5,2013%	100%	—
Valor contábil do investimento	2.214.684	216.392	517	2.431.593
Ágio	14.509	—	—	14.509
Quantidade de ações ordinárias	118	3.116.899	3.000.000	—
Quantidade de ações preferenciais	118	1.110.941	—	—

10. Contas a pagar: 10.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2017	2016
Juros sobre capital próprio a pagar	38.250	79.900
Obrigações fiscais (nota 12.2)	8.178	7.619
Demaís	1.248	590
Total	47.676	88.109
Circulante	39.498	80.490
Não circulante	8.178	7.619

10.2. Impostos e contribuições:

Descrição	2017	2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	1.805	—
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	794	—
COFINS a recolher	4.365	5.887
PIS a recolher	947	1.278
ISS a recolher	184	142
INSS - parte empresa	199	202
FGTS	17	19
Outros	90	99
Total	8.401	7.627
Circulante	8.401	7.627

11. Partes relacionadas: 11.1. Transações: As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Categoria	Controladora	2017	2016	2017	Passivo	2016
Sul América S.A. (a)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	—	—	38.250	79.900	
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c)	Coligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	1.231	1.266	
Sul América Investimentos							
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	1	—	
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (b)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	2	—	
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	175	190	2	—	
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c) (f)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	45.760	53.291	191	21	
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—	
Total			45.935	53.481	39.677	81.187	

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2017	2016	2017	2016
Sul América S.A. (a)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	–	–	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c)		Sul América Companhia Nacional de Seguros	–	–	–	–
Sul América Investimentos	Coligada					
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)		Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	(5)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (b)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	–	–	(9)	(2)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	7	(16)	(18)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c) (f)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	(836)	(1.245)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	(810)	(745)
Total			–	7	(1.676)	(2.011)

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente à taxa de gestão e administração correspondente a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados; (c) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (d) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; e (f) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias do Grupo SulAmérica (para efeitos de comparabilidade, estamos incluindo os valores não informados em 2016). Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP Recebidos		Dividendos e JCP Pagos	
	2017	2016	2017	2016
Sulamérica S.A. - SASA	—	—	31.858	157.200
Sul América Companhia Nacional de Seguros - SALIC	15.021	58.874	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde - Cia. Saúde	1.563	13.683	—	—
Total	16.584	72.557	31.858	157.200

11.2. Remuneração da administração: Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica.

12. Depósitos judiciais, fiscais e obrigações fiscais:

12.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2017	2016
Tributárias:		
COFINS	408	389
PIS	4	4
Imposto de renda	9.124	8.635
Subtotal	9.536	9.028
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	—	171
Subtotal	—	171
Total	9.536	9.199
Não circulante	9.536	9.199

12.2. Movimentação das provisões para obrigações fiscais:

Em 31/12/2017 e 2016, as obrigações fiscais estão registradas em “Contas a pagar – obrigações a pagar”, no passivo não circulante.

Descrição	Saldos em 01/01/2016	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2016
Tributárias:					
PIS	3	—	—	—	3
COFINS	364	—	25	—	389
Imposto de renda	6.508	—	624	—	7.132
Outros	89	—	6	—	95
Total	6.964	—	655	—	7.619
Não circulante					7.619

Descrição	Saldos em 31/12/2016	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2017
Tributárias:					
PIS	3	—	1	—	4
COFINS	389	—	19	—	408
Imposto de renda	7.132	—	476	—	7.608
Outros	95	57	6	—	158
Total	7.619	57	502	—	8.178
Não circulante					8.178

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: O capital social da Companhia, em 31/12/2017, é de R\$726.387 (R\$1.701.704 em 2016), representado por 2.842 (2.776 em 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integradas. Adicionalmente, em 31/12/2017, a Companhia não possui ações em tesouraria (1213 em 2016). Em 18/04/2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia com juros sobre o capital próprio no montante de R\$959.619, com a emissão de 66 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$903.326,64 por ação (em reais), calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/03/2017, subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. Em 28/04/2017, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada naquela data aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$146.921, sem emissão de ações, mediante a capitalização do total da reserva legal da Companhia, para fins de enquadramento no disposto no art. 199 da Lei 6.404/1976. Em 21/08/2017 foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. As ações mantidas em tesouraria totalizavam 1.213 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e o seu cancelamento não implicou em redução do valor do capital social da Companhia, que passou a ser dividido em 2.842 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/08/2017 foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$1.181.857 por ser considerado excessivo, sem alteração na quantidade de ações representativas do capital social. O referido valor foi pago à acionista da Companhia, Sul América S.A.,

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretores Vice-Presidentes: Marco Antonio Antunes da Silva; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. Diretores: Carlos Alberto Figueiredo Trindade Filho; Laenio Pereira dos Santos; e Patrícia Quirico Coimbra. Contador: Mauro Reis dAlmeida - CRC - RJ 066.620/O-7.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

AosAcionistas, Conselheiros e Administradores da Saepar Serviços e Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Saepar Serviços e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saepar Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:

mediante à transferência, a valor contábil, parcial da participação que a Companhia detém na Sul América Companhia Nacional de Seguros. 13.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 13.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 13.4. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 13.5. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. Em 28/04/2017 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no valor de R\$89.769, aos quais foram imputados os dividendos intercalares, dividendos intermediários e juros sobre capital próprio declarados nas reuniões de Diretoria realizadas em 11/04/2016, 11/05/2016, 31/03/2016 e 19/12/2016, ratificadas pela Assembleia. Em 08/05/2017 a Diretoria aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$11.577, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/04/2017, à razão de R\$4.073,65 por ação (em reais), pago aos acionistas a partir de 12/05/2017. Em 21/08/2017 a Diretoria aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$231.053, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/07/2017, à razão de R\$81.299,10 por ação (em reais), pago aos acionistas a partir de 21/08/2017, mediante a transferência da totalidade da participação acionária que a Companhia detinha na Sul América Companhia de Seguro Saúde. Em 18/12/2017 foi aprovada em Reunião da Diretoria a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$45.000, sendo R\$15.833,92 por ação (em reais), a ser pago aos acionistas a partir de 18/04/2018. 13.6. Distribuição do resultado: Em 31/12/2017 e 2016, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Lucro antes dos impostos e contribuições	244.583	378.972
(-) Impostos e contribuições	(11.288)	(998)
Lucro líquido do exercício	233.295	377.974
Outros ajustes	106	—
Lucro líquido após ajustes	233.401	377.974
Constituição da reserva legal (5%)	(11.670)	(18.899)
Lucro líquido ajustado	221.731	359.075
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	55.433	89.769
(-) dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	55.433	29.700
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	—	60.069
(-) Juros sobre capital próprio líquido não imputados nos dividendos obrigatórios	—	36.831
Bruto	—	114.000
Imposto de renda	—	(17.100)

Saldos dos dividendos obrigatórios

Dividendos adicionais antecipados	—	—
Total dos dividendos propostos	—	—

Destinação:

Constituição de reserva estatutária	166.298	215.375
-------------------------------------	---------	---------

14. Detalhamento das contas do resultado: 14.1. Receita líquida:

Descrição	2017	2016
Receitas:	42.655	44.408
Segmento de seguros	42.655	43.327
Assistência 24 horas	—	1.081
Impostos sobre receita	(6.346)	(6.384)
PIS/COFINS	(4.225)	(4.139)
ISS	(2.121)	(2.244)
INSS	—	(1)
Total	36.309	38.024

14.2. Despesas administrativas:

Descrição	2017	2016
Pessoal próprio	(4.089)	(4.952)
Participações no resultado	(480)	(236)
Serviços de terceiros	(420)	(1.143)
Localização e funcionamento	(1.266)	(1.814)
Publicidade e propaganda	(132)	(3.750)
Outras	(799)	(579)
Total	(7.186)	(12.474)

14.3. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2017	2016
Títulos e valores mobiliários	1.207	2.997
Valor justo por meio do resultado	727	2.846
Disponível para venda	480	151
Atualização monetária e juros sobre provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(110)	31
Tributos a compensar	154	220
Outros	287	702
Total	1.538	3.950

14.3.1. Receitas financeiras:

Descrição	2017	2016
Valorização de cotas de fundos de investimentos	727	2.860
Títulos de renda fixa - públicos	480	151
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	505	680
Tributos a compensar	154	220
Outras	321	720
Total	2.187	4.631

14.3.2. Despesas financeiras:

Descrição	2017	2016
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	—	(14)
Atualização monetária e juros sobre provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(615)	(649)
Outras	(34)	(18)
Total	(649)	(681)

15. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas aliquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016		2017	2016
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	244.583	244.583	378.972	378.972	
Despesas de imposto de renda e contribuição social às aliquotas oficiais	(61.146)	(22.012)	(94.743)	(34.107)	
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	
Correntes:					
Adições:					
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(140)	(50)	(164)	(59)	
Despesas não dedutíveis	(132)	(48)	(39)	(14)	
Encargos sobre participações	(17)	(6)	—	—	
Juros sobre capital próprio	(2.209)	(795)	—	—	
Outras	(8)	—	—	—	
Subtotal	(2.506)	(899)	(203)	(73)	
Exclusões:					
Resultado positivo de equivalência patrimonial	54.797	19.727	90.189	32.468	
Atualização de depósitos judiciais	127	46	166	60	
Juros sobre capital próprio	—	—	3.812	1.372	
Outras	—	59	35	(11)	
Subtotal	54.924	19.832	94.202	33.889	
Prejuízo fiscal e base negativa:					
Compensações	394	289	242	87	
Subtotal	394	289	242	87	
Redução de incentivos fiscais	480	—	43	—	
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(7.854)	(2.790)	(459)	(204)	
Diferidos:					
Constituição crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	(394)	(289)	(243)	(87)	
Reversão de crédito tributário sobre diferenças temporárias	157	56	162	58	
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(127)	(47)	(165)	(60)	
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(364)	(280)	(246)	(89)	
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(8.218)	(3.070)	(705)	(293)	
Alíquota efetiva	3,36%	1,26%	0,19%	0,08%	
Alíquota efetiva combinada		4,62%		0,27%	

16. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 13.1, a Companhia aumentou seu capital social com juros sobre capital próprio no montante de R\$59.619, com a emissão de 66 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$903.326,64 por ação (em reais), subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A.. Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$146.921, sem emissão de ações, mediante a capitalização do total da reserva legal da Companhia. Redução do capital social da Companhia no montante de R\$1.181.857 por ser considerado excessivo, o referido valor foi pago à acionista da Companhia, Sul América S.A., mediante a transferência parcial da participação que a Companhia detinha na Sul América Companhia Nacional de Seguros. A baixa de participação na controlada CIA. SAUDE foi realizada mediante à distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$231.053, a valor contábil, sendo liquidado através da transferência da totalidade da participação acionária que a Companhia detinha na CIA. SAUDE para a SASA. Cancelamento da totalidade das ações em tesouraria da Companhia no montante de R\$1.009.261. O seu cancelamento não implicou em redução do valor do capital social da Companhia, que passou a ser dividido em 2.842 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de